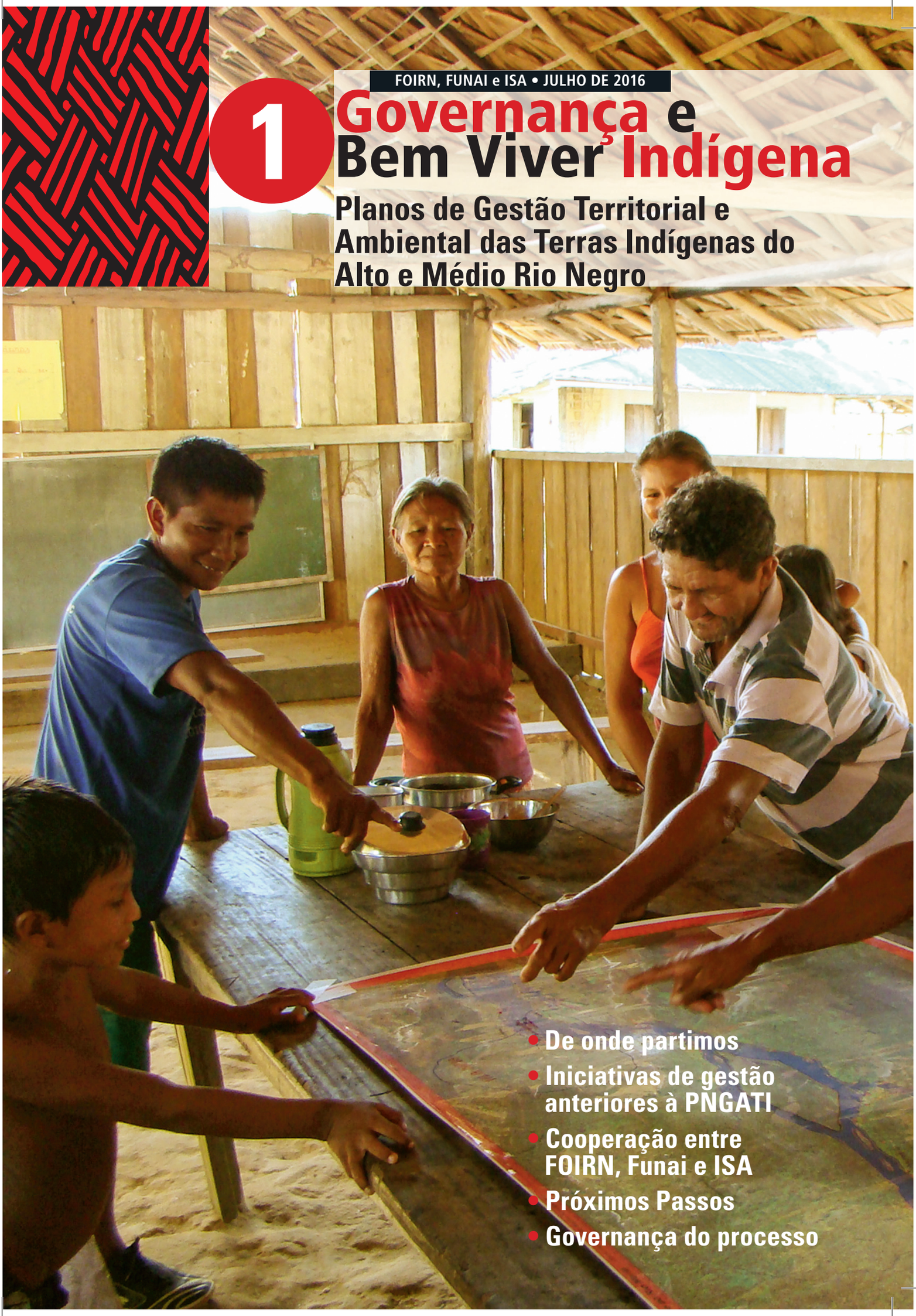


FOIRN, FUNAI e ISA • JULHO DE 2016

1 Governança e Bem Viver Indígena

Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro

- De onde partimos
- Iniciativas de gestão anteriores à PNGATI
- Cooperação entre FOIRN, Funai e ISA
- Próximos Passos
- Governança do processo

Editorial

Esse é o primeiro Volume da série: **Governança e Bem Viver Indígena: Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro** organizado em parceria entre a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), o Instituto Socioambiental (ISA) e a Fundação Nacional do Índio (Funai CR/ Rio Negro).

A série pretende registrar e divulgar, para todas as comunidades, informações e discussões sobre gestão territorial realizadas nas sub-regiões do extenso e multiétnico território rionegrino.

Cada número dessa série será desenvolvido a partir dos acontecimentos e discussões relacionadas ao processo de elaboração e implementação dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas (PGTAs) do Alto e Médio Rio Negro. Terá também as informações, passos e agendas seguintes planejadas pelos parceiros FOIRN, ISA e Funai.

FOIRN, FUNAI e ISA • JULHO DE 2016
Governança e Bem Viver Indígena
1

© Beto Ricardo/ISA

Comunidade Tucumã-Rupitã, Alto Rio Içana, Terra Indígena Alto Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira.

De onde partimos

O documento PGTA é um marco histórico, que registra de forma clara e resumida o que foi encaminhado e recomendado no processo de diálogo e acordos entre as comunidades.

É desejável que seja interpretado como **processo**, e incorporado como um documento **a ser revisitado de tempos em tempos**, bem como **aprofundado e adaptado para sub-regiões e realidades diversas dentro de uma Terra Indígena**.

Em resposta à necessidade de uma estratégia para a gestão das Terras Indígenas (TIs), em 2009, a Funai, Ministério do Meio Ambiente e representantes indígenas formaram um Grupo de trabalho (GT) e após consultas com os povos indígenas que resultou na Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI), publicada em portaria cujo número é nº. 7.747, em junho de 2012.

No intuito de garantir a preservação dos territórios, patrimônios indígenas e a autonomia sociocultural, o decreto da PNGATI, orienta, sobretudo:

- uso de instrumentos de etnomapeamento e etnozoneamento;
- a importância de fortalecer os saberes e práticas locais, bem como a governança indígena;

Levando-se em consideração as diferenças geracionais e de gênero.

Os instrumentos de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas podem ser vários: planos de manejo; planos de gestão territorial; planos de vida; diagnósticos participativos; estudos e pesquisas no âmbito das escolas e das aldeias.

Estes instrumentos podem ser usados com metodologias, tempos e abordagens distintas. Um dos instrumentos mais utilizados após a constituição da PNGATI é o **Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA)**: ferramenta de diálogo intercultural e de planejamento para a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas brasileiras, elaborado pelos povos indígenas com apoio e em diálogo com outros parceiros da sociedade civil e setores do governo. Essa é também uma oportunidade de executar um processo coletivo de acordos entre as comunidades e de encaminhar ao Estado recomendações específicas da realidade de cada região para a aplicação de políticas públicas.

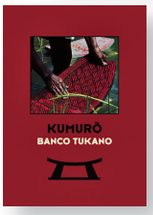
Em resumo, o PGTA é uma ferramenta:

- de diálogo entre os povos que residem numa mesma Terra Indígena e região
- de diálogo entre os povos indígenas e o Estado
- que pode regulamentar atividades econômicas
- que pode ajustar acordos com populações do entorno e com áreas protegidas sobrepostas às Terras Indígenas
- que pode trazer dados atualizados da população, das associações e do sistema de governança próprio daquela Terra Indígena
- que pode **não** registrar o que os povos indígenas decidirem que não deve ser de conhecimento público

Nem tudo isso é novidade. Antes da PNGATI os povos indígenas e organizações parceiras já discutiam e elaboravam projetos de: **I)** planos de manejo de recursos naturais; **II)** acordos internos de uso do território; **III)** perspectivas para o futuro das comunidades e **IV)** recomendações sobre a presença do Estado, ou seja, orientações para a implementação de políticas públicas adequadas à realidade da região.

Nesse sentido, no alto e médio rio Negro, muitas iniciativas já foram realizadas e devem orientar e aportar informações para as novas etapas de elaboração e implementação dos PGTAs.

Iniciativas de gestão anteriores à PNGATI promovidas pela FOIRN e outros parceiros institucionais



Destaques:

- Formação de técnicos indígenas, implementação de estações de piscicultura e projetos de segurança alimentar
- Instalação de uma rede de estações de radiofonia com placas solares em mais de 200 comunidades indígenas
- Levantamentos e censos socioambientais em São Gabriel da Cachoeira, Cucuí, Iauaretê, Santa Isabel e Barcelos
- Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável do Rio Negro (PRDIS)
- Proteção e Fiscalização das Terras Indígenas / Projeto PPTAL
- Implantação do sistema especial de saúde indígena e consolidação do controle social
- Formação de agentes indígenas de saúde
- Elaboração de pesquisas interculturais e colaborativas com formação de uma rede de pesquisadores e agentes indígenas de manejo ambiental
- Mapeamentos e levantamentos participativos e georreferenciados de áreas comunitárias e uso de recursos
- Elaboração de Planos de Manejo de recursos hídricos e pesqueiros
- Desenvolvimento de modelo de Turismo de pesca com gestão comunitária e associado ao manejo, monitoramento e fiscalização do território
- Reconhecimento e salvaguarda dos patrimônios culturais: Cachoeira da Onça (e Mapeo) e Sistema de Agricultura Tradicional
- Iniciativas de valorização de produtos agrícolas, extrativistas e artesanato indígena e fortalecimento da comercialização com valor agregado
- Elaboração de projetos políticos pedagógicos e constituição de associações de escolas diferenciadas
- Formação de gestores de projetos

Avaliações sobre essas iniciativas e o aprendizado acumulado com elas serão utilizados como base de discussão pelas comunidades indígenas para a elaboração dos PGTAs.

© Carol da Riva - 2008

Estação de psicultura Pamaali e formação de técnicos indígenas.

Cooperação entre FOIRN, Funai e ISA a partir da PNGATI

Curso Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas no Rio Negro

Entre maio de 2014 e fevereiro de 2015 foi realizado pela FOIRN o curso básico de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas no Rio Negro. Financiado pelo Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI) o curso contou com a colaboração de diversas instituições (ISA, Funai, ICMBio, IFAM e IIEB). Para selecionar os participantes foi elaborado um edital de convocação que visava garantir representatividade das diferentes regiões e instituições do Rio Negro.

O grupo foi formado por representantes indígenas das cinco coordenadorias regionais da FOIRN (três de cada região), servidores públicos da Funai e do ICMBio, assessores do ISA e lideranças Yanomami de Maturacá e Rio Marauiá. No total foram quatro módulos presenciais e três etapas de dispersão.

O primeiro módulo analisou o histórico dos direitos indígenas no Estado brasileiro, o processo de construção da PNGATI e discutiu suas diretrizes, eixos e objetivos específicos. Apresentou também, através de relatos de lideranças indígenas do rio Negro, os trabalhos do movimento indígena desde a década de 1980.

A etapa de dispersão teve como atividade a apresentação da PNGATI para as comunidades em que os cursistas moram, e um trabalho de elaboração de glossário de seus principais termos e suas traduções nas línguas indígenas.

O segundo módulo teve como foco os instrumentos da PNGATI, especialmente os PGTAs. Através de considerações sobre o manejo tradicional, da definição dos conceitos, de exercícios de etnomapeamento, de exemplos de PGTAs e planos similares já elaborados em outras Terras Indígenas no Brasil, o módulo explicou o PGTA como processo dinâmico gerador de um marco para relações dentre comunidades, atores externos e políticas públicas. A pesquisa nas comunidades nesta vez se concentrou em entrevistar participantes de ações de manejo territorial e apresentação sobre o que são PGTAs.

No terceiro módulo foram apresentados instrumentos básicos de cartografia seguidos por exercícios práticos com GPS. Foram também elaborados formulários para levantamento de informações, preenchidos posteriormente pelos participantes por meio de entrevistas nas suas comunidades e entornos na etapa de dispersão entre módulos. Em resumo, levantou-se informações sobre rotinas familiares, instrumentos de trabalho, características da caça e pesca, trabalho na roça e produção de artesanato, sobre trabalhos assalariados e benefícios sociais, meios de transporte, comunicação, religião, cosmologia, saúde, educação e energia elétrica.

O quarto módulo contou com uma revisão dos módulos passados, principalmente com a sistematização dos dados levantados pelos cursistas e a avaliação dos participantes. Resultando na publicação **Cadernos de Gestão Territorial e Ambiental no Noroeste Amazônico: diálogos com a PNGATI**. A publicação apresenta um panorama sobre a política indigenista, a trajetória da PNGATI, seus instrumentos e os desafios desta política no Noroeste Amazônico. Traz também os trabalhos dos sete grupos formados por região: rio Içana e afluentes; rio Tiquié e afluentes; alto rio Uaupés; alto rio Negro e Xié; médio e baixo rio Negro; comunidades Maturacá e Ariabu; e rio Marauiá.

Entre setembro e dezembro de 2015 a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (Foirn), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Socioambiental (ISA) e pesquisadores colaboradores, realizaram oficinas inaugurais para a elaboração dos PGTAs das Terras Indígenas da região.

Oficinas inaugurais dos PGTAs

Entre setembro e dezembro de 2015 a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), Fundação Nacional do Índio (Funai), Instituto Socioambiental (ISA) e pesquisadores colaboradores, realizaram oficinas inaugurais para a elaboração dos PGTAs das Terras Indígenas da região. Foram organizadas de acordo com as cinco sub-regiões do movimento indígena rionegrino, além de oficinas específicas para povos de recente contato, em especial os povos Hupd'äh e Yuhupdëh.

Com participação de 200 pessoas em média em cada oficina, foram realizados exercícios de diagnóstico sobre os principais problemas existentes, etnomapeamento, atualização de bases cartográficas, história de ocupação e territorialidades tradicionais, modos de governança, descrição de fauna e flora, censos e definição de temas prioritários para a elaboração dos PGTAs nos próximos dois anos.

Basearam-se em um material de apoio que resgatou 40 anos de história do movimento indígena, em apresentações sobre a PNGATI e grupos de discussão definidos pelos participantes, seguindo seus próprios critérios territoriais, étnicos e associativistas.

Veja a seguir os destaques de cada uma das oficinas.

No mapa das páginas 10 e 11 as comunidades sedes das oficinas inaugurais estão identificadas, bem como as comunidades por regiões para o Levantamento PGTA, a ser realizado no segundo semestre de 2016.

Oficina na região da Coordenadoria das Organizações Indígenas do Distrito de Iauaretê (COIDI)

Realizada em Iauaretê, de 19 a 22 de outubro, participaram cerca de 200 pessoas, moradores das comunidades do médio e alto Uaupés, Rio Papuri, Rio Japú e do próprio povoado. O número de participantes por calha de rio foi em média de 30 a 50 representantes, entre lideranças locais, professores, agentes de saúde, pesquisadores indígenas e outros interessados. Além das associações indígenas da região, FORN, Funai e ISA a oficina contou com a participação da *Asociación de Capitanes de la Zona Unión Indígena del Papurí, Acazunip,* da Colômbia.

O principal objetivo da Oficina foi socializar as diretrizes e perspectivas da PNGATI e dos Planos de Gestão, bem como iniciar uma mobilização local visando o planejamento para o processo de elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental dos povos indígenas dessa região do médio e alto Uaupés e Papuri, Terra Indígena Alto Rio Negro. Nos termos da PNGATI foi uma etapa de sensibilização e mobilização com um primeiro movimento rumo ao diagnóstico.

A divisão da região definiu cinco territorialidades para organizar a construção

@ Renato Martelli Soares - 2015

Auditório salesiano em Iauaretê onde aconteceu a oficina inaugural dos PGTAs na região da COIDI.

do PGTA: rio Papuri, alto rio Uaupés, médio rio Uaupés, rio Japu e Iauaretê. Foram formados então cinco grupos de trabalho que responderam um extenso questionário sobre abrangência do território, governança, iniciativas de gestão, recursos naturais, geração de renda, lugares de grande importância, principais problemas e uma proposta de agenda para os próximos passos. Os resultados dessas oficinas inaugurais foram processados em relatórios e mapas e devem compor a base de informações que apoiará a elaboração do PGTA da Terra Indígena do Alto Rio Negro.

Alguns fatos a serem considerados para a construção do PGTA nesta região, marcada por trechos de montante de rios, são a **dificuldade na locomoção** devido às cachoeiras, o caso singular de Iauaretê, **cidade indígena** com cerca de três mil pessoas, a pouca presença de instituições nas regiões mais remotas, a diversidade étnica e linguística e a **presença de povos de recente contato na calha do rio Japu**. Outra característica que deve ser levada em conta é **a proximidade com o território colombiano,** o que traz possibilidades de cooperação e comparação com os Planos de Vida elaborados pelas Associações de Autoridades Tradicionais Indígenas.

© Aline Scolfaro - 2015

Grupo de trabalho do Alto Uaupés durante oficina inaugural dos PGTAs na região da COITUA.

A oficina na região da Coordenadoria das Organizações Indígenas do Rio Tiquié e Uaupés (COITUA)

No período de 14 a 17 de outubro de 2015 aconteceu na comunidade de Taracuá, Baixo Uaupés, a *"1ª Oficina de Sensibilização das comunidades e compartilhamento de planejamento para elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental,* organizada pela Coordenadoria das Organizações Indígenas do Tiquié, Uaupés e Afluentes-COITUA e a Fundação Nacional do Índio – Funai.

Participaram da oficina 150 pessoas. Do Alto Rio Tiquié e seus afluentes os igarapés Cabari, Umari-Norte participaram representantes das Associações: Associação das Tribos Indígenas do Alto Tiquié (ATRIART), Associação da Escola Indígena Tuyuka Utapinopona (AEITU), Associação da Escola Indígena Tukano Yupuri (AEITY), Comunidade Indígena de Pari-Cachoeira (CIPAC), Associação das Comunidades Indígenas do Rio Umari (ACIRU) e Organização Indígena da Bela Vista (OIBV). Do médio Tiquié e seus afluentes: rio Castanho; igarapés Samaúma, Cucura e Peneira estavam presentes representantes das Associações: Organização Indígena do Desenvolvimento Sustentável (OIDSL), Associação das Comunidades Indígenas do Rio Castanho (ACIRC) e Associação das Comunidades Indígenas do Médio Tiquié (ACIMET) e do Baixo Uaupés estavam representantes da Associação das Mulheres Indígenas da Região de Taracuá (AMIRT) e da Associação de Taracuá.

Aparício Soares mostrando zarabatana, dardos e estojo, em São Fernando, rio Papuri.

© Bruno Marques - 2015

No início da oficina houve uma exposição introdutória sobre PNGATI e PGTAs e logo em seguida, exemplos de PGTAs elaborados em outras Terras Indígenas foram apresentados e então cinco grupos de trabalho, por sub-região se formaram:

1. Baixo Uaupés, baixo Tiquié e afluentes: da boca do Uaupés até Ipanoré e da Boca do Tiquié até a comunidade de Colina.

2. Médio Tiquié e afluentes: da comunidade de Serra de Mucura até o limite da comunidade de Bela Vista, sem incluir essa comunidade.

3. Pari Cachoeira, junto com Bela Vista e São Sebastião.

4. Alto Tiquié e afluentes: da comunidade de São Domingos até a fronteira com Colômbia.

5. O grupo dos povos Hupd'äh e Yuhupdëh.

Cada grupo tinha como tarefa compor um pequeno censo demográfico e levantar iniciativas de gestão territorial executadas ou em curso, bem como, identificar recursos naturais importantes. Esse trabalho foi feito com apoio de mapas. Alguns grupos ainda apresentaram Planos de Gestão preliminares, abordando diferente temas. Os temas comuns aos grupos foram: **saúde; educação; sustentabilidade; geração de renda; comunicação; transporte e política Indígena**.

Oficinas com os povos Hupd'äh e Yuhupdëh

Nessa etapa dos trabalhos de elaboração do PGTA com os povos Hupd'äh e Yuhupdëh as oficinas foram realizadas através do deslocamento entre comunidades em quatro regiões diferentes, totalizando 12 oficinas itinerantes que abrangeram 18 comunidades: Yuhupdëh dos igarapés Cunuri e Ira (comunidades São Martinho, Guadalupe e São Felipe); Hupd'äh do rio Tiquié (comunidades Taracuá Igarapé e Barreira Alta); Hupd'äh do igarapé Japu e Iauaretê (comunidades Fátima, Jacaré Banco, Jacaré Banquinho, Santa Cruz do Cabari, Piracema, Santa Rosa, Boca do Traíra, Água Viva e Santo Atanásio); Hupd'äh do rio Papuri (comunidades Santa Cruz do Turi, Cabeça da Onça, São Fernando e Waguiá). As oficinas tiveram ampla adesão dessas comunidades, cujas populações variam entre 50 e 230 pessoas.

No primeiro dia de cada oficina foram expostas as diretrizes da PNGATI e os processos de elaboração dos PGTAs, focando nos principais instrumentos: etnomapeamento e etnozoneamento. O segundo dia foi dedicado à elaboração dos mapas pelos próprios Hupd'äh e Yuhupdëh, levando em consideração quatro conjuntos de locais a serem mapeados: lugares sagrados, sítios antigos, caminhos tradicionais e locais de manejo

© Bruno Marques - 2015

Professor José Mateus Salustiano desenhando mapa em Santa Cruz do Cabari, afluente do Japu.

Os participantes ressaltaram a importância da garantia dos direitos indígenas, que o movimento indígena deve ser fortalecido e lutar para a garantia dos serviços básicos nas comunidades.

e recursos ambientais. A discussão sobre problemas da vida atual e propostas de solução pelas comunidades foi realizada no terceiro dia, sendo organizada em cinco grandes eixos: cidade, saúde, alimentação e manejo, escola e conhecimentos tradicionais.

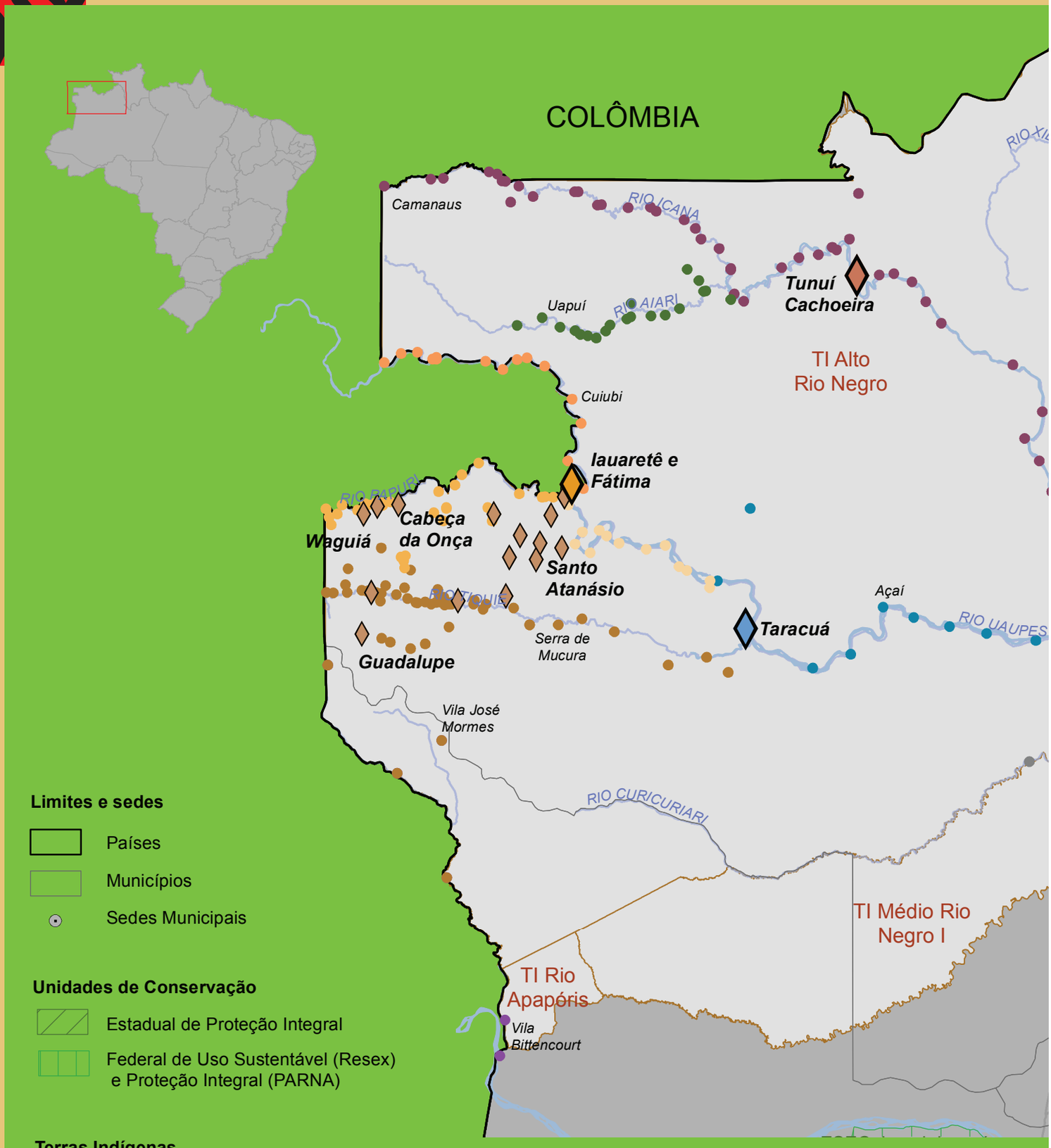
As oficinas serviram também como espaço de discussão, tomada de decisões e reivindicação de demandas relativas a temas variados, tais como o fortalecimento das organizações indígenas específicas dos Hupd'äh e Yuhupdëh, e a problemas recentes em suas vidas, como os casos de suicídio dos jovens. Com as comunidades do igarapé Cununi e do rio Tiquié, foram realizados também trabalhos de georrefrenciamento. Pretende-se que o aprendizado de técnicas de georreferenciamento, além de fazer o registro socioespacial de pontos relevantes, estabeleça as condições para a autonomia dos Hupd'äh e Yuhupdëh, fortalecendo-os nos processos de decisão na gestão de seus territórios.

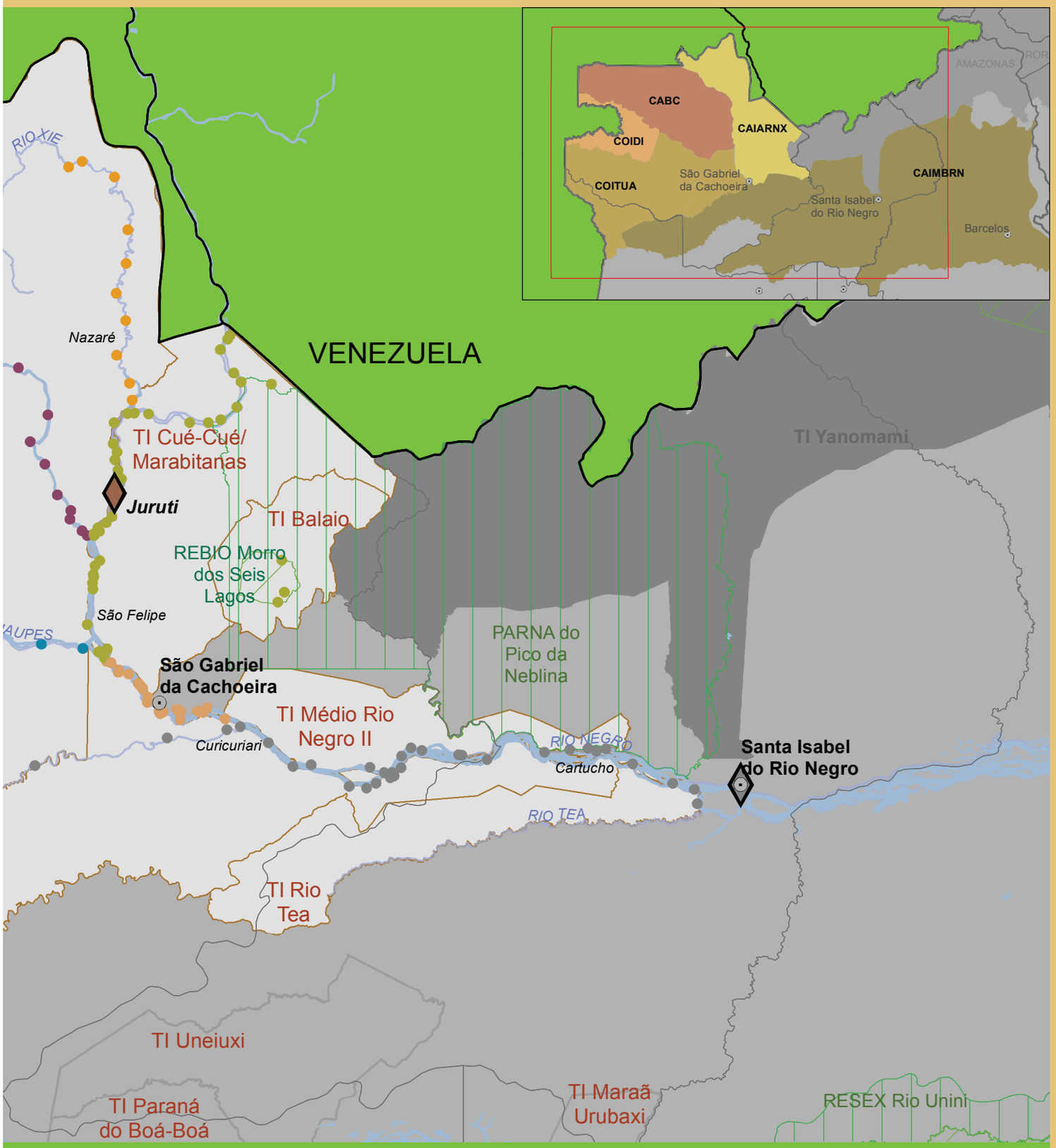
As regiões em que foram realizadas as oficinas apresentam diferentes potencialidades e desafios. Mas, como denominador comum, percebe-se que o PGTA foi pensado, pelos Hupd'äh e Yuhupdëh, como um meio de estabelecer um **novo equilíbrio: equacionando a vida como se dava no "tempo dos antigos" e a vida atual em grupos locais mais sedentarizados e de maior concentração demográfica**, em que a escola, as mercadorias e os serviços de saúde ganham relevância, mas que acabam por gerar, no caso de algumas comunidades, a **escassez de recursos alimentares e problemas de outras ordens.** As reflexões expostas pelos Hupdäh e Yuhupdëh oscilaram em uma dinâmica entre o interior da floresta e as incursões na cidade de São Gabriel da Cachoeira, apresentando os dois polos extremos pelos quais transcorre a vida atual, tendo as comunidades como ponto médio.

© Bruno Marques - 2015

Oficina inaugural de PGTA no centro social para os moradores de Boca do Traíra e Água Viva, Igarapé Japu.

Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro: oficinas inaugurais e levantamento em comunidades.





munidades representadas por região do levantamento PGTA.

IDI ● Alto Uaupés ● Médio Uaupés ● Papuri ● entorno São Gabriel da Cachoeira

ITUA ● Baixo Uaupés ● Tiquié ● Apapóris ◊ Hupd'äh e Yuhupdëh

ase Cartográfica IBGE, Áreas Protegidas ISA, Coordenadorias e Comunidades FOIRN/ISA

N

Projeção SIRGAS 2000

Escala:

30 km

Participantes de Grupo de Trabalho identificam áreas de uso de recursos durante oficina inaugural dos PGTAs na região da CABC.

© Ray Baniwa - 2015

Oficina na região da Coordenadoria das Associações Baniwa e Coripaco (CABC)

Foram quatro dias intensos de trabalho, entre 7 e 10 de outubro, na comunidade Tunuí Cachoeira, no médio rio Içana, com a participação de 150 pessoas, entre lideranças, professores, agentes comunitários de saúde, mulheres e jovens estudantes. Assim foi o início do processo de construção do Plano de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA) da Terra Indígena Alto Rio Negro por parte dos Baniwa e Coripaco. No Brasil, os povos Baniwa e Coripaco ocupam 93 comunidades e sítios no rio Içana e nos seus afluentes: Cubate, Cuiari, Ayari e Yawiari. Há ainda outra centena de comunidades Baniwa e Coripaco em território colombiano e venezuelano e estima-se 17mil pessoas a população total, sendo 6mil do lado brasileiro. Em território brasileiro, esses dois povos organizam-se em dez associações, uma rede de escolas e uma coordenadoria de associações, todas filiadas à FOIRN.

Cinco grupos por microrregiões se organizaram para as discussões durante a oficina: baixo Içana (território da fratria Dzawinai); médio Içana I (território das fratrias Dzawinai e Walipere), médio Içana II (território Dzawinai e Walipere), Ayari (território da fratria Hohodene) e alto Içana (território dos Coripaco).

A questão central dos grupos "O que os Baniwa e Coripaco precisam para Viver e Estar bem no Mundo" é também o mote da série de pesquisas e publicações que vem sendo produzida em parceria de pesquisadores Baniwa e Coripaco com o ISA desde 2010.

Os grupos realizaram o levantamento de desafios enfrentados e o mapeamento das territorialidades de cada comunidade, como área de uso e das áreas de uso compartilhado. As áreas de atuação e abrangência das associações de base também foram identificadas em mapas.

Os temas prioritários definidos no encontro foram: **manejo de recursos florestais e pesqueiros; lixo e poluição; saúde; patrimônios culturais; transporte e meios de comunicação; economia indígena e geração de renda; proteção e promoção dos patrimônios culturais dos conhecimentos indígenas associados à biodiversidade e organização social e religiosa.**

Por fim, os participantes ressaltaram a importância da garantia dos direitos indígenas, que o movimento indígena deve ser fortalecido e lutar para a garantia dos serviços básicos nas comunidades.

Os próximos passos da construção do PGTA foram definidos. Os grupos de trabalhos irão atuar nas microrregiões para aprofundar com as comunidades as informações e os dados levantados no encontro com a intenção de colaborar para a emergência de uma política inovadora que leve em conta os conhecimentos dos povos indígenas, a floresta em pé e a gestão participativa.

A questão central dos grupos Baniwa e Coripaco é: "O que precisam para Viver e Estar Bem no Mundo".

Oficina na região da Coordenadoria das Associações Indígenas do Alto Rio Negro e Xié (CAIARNX)

Para esta oficina foram mobilizadas cerca de 45 comunidades da região do Alto Rio Negro, do Rio Xié, nas Terras Indígenas do Alto Rio Negro, e Cué-Cué Marabitanas, além das comunidades da BR-307, da TI Balaio. O Encontro aconteceu na comunidade Juriti, entre os dias 28 e 30 de outubro de 2015 e contou com aproximadamente 200 pessoas. Estiveram presentes também representantes da Funai, FOIRN, ISA, e do Exército Brasileiro (PEF Cucuí).

Na ocasião, os participantes decidiram se organizar em sete grupos, de acordo com as associações locais para os próximos levantamentos e atividades de elaboração. São eles:

- ACIRX – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Xié.
- AIBARN – Associação Indígena Baré do Alto Rio Negro.
- ACIRNE – Associação das Comunidades Indígenas do Rio Negro.
- OCIARN – Organização das Comunidades Indígenas do Alto Rio Negro.
- ACIPK – Associação das Comunidades Indígenas de Potyro Kapuamo.
- AIDCC – Associação Indígena de Desenvolvimento Comunitário de Cucuí.
- AINBAL Associação Indígena de Balaio/ AMIBAL – Associação das Mulheres Indígenas de Balaio.

Além de aprofundar a discussão e o entendimento do que são e para que servem os Planos de Gestão Territorial e Ambiental – PGTAs, as comunidades discutiram os principais problemas, demandas e também potenciais para manejo e geração de renda na região de cada associação.

Grupo de trabalho da Terra Indígena Balaio durante oficina inaugural dos PGTAs na região da CAIARNX, em Juriti.

© Renato Martelli Soares - 2015

Grupo de trabalho durante a oficina inaugural dos PGTAs na região da CAIMBRN.

© Camila Barra - 2015

Em destaque:

Saúde – falta de transporte adequado para remoção dos pacientes, falta de remédios, dificuldade de acesso à água potável, destinação imprópria do lixo;

Educação – estruturas inadequadas dos prédios escolares, baixa qualidade de ensino e aprendizagem, merenda escolar inadequada e chegando com atraso, dificuldade no transporte escolar;

Mobilidade – a situação da BR-307, e a dificuldade de transporte de produtos da agricultura indígena para venda na cidade;

Cultura – falta de aplicação da lei que reconhece as línguas oficiais de São Gabriel dificulta o atendimento nos órgãos públicos, além disso apontaram a necessidade de registro e valorização dos lugares sagrados;

Energia – falta de equipamentos e alternativas adequadas para geração de energia em locais distantes da sede municipal.

Mas além dos problemas, as comunidades também apontaram **diversas recomendações**. Algumas delas precisam do apoio do poder público, como por exemplo, **contratar pessoas que falem as línguas indígenas para atendimento nos órgãos públicos**. Outras iniciativas dependem de parceiros, como para buscar alternativas mais viáveis e baratas para **geração de energia nas comunidades.** E algumas ações podem partir das próprias comunidades, como dar **destino mais adequado ao lixo e promover mais diálogos entre jovens e adultos a respeito da cultura indígena**.

Oficina na região da Coordenadoria das Associações Indígenas do Médio e Baixo Rio Negro (CAIMBRN)

A FOIRN e a Funai mobilizaram mais de 150 pessoas entre lideranças, professores e agentes de saúde de 41 comunidades das Terras Indígenas Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II e Rio Téa para discutir a elaboração de seus PGTAs. Esse território multiétnico, de maioria Baré, Baniwa, Tukano, está compreendido também na área de atuação das CTLs de Massarabi e Santa Isabel do Rio Negro. Com apoio do ISA e participação de representantes das prefeituras e câmaras municipais de Santa Isabel do Rio Negro e São Gabriel da Cachoeira, o encontro foi realizado entre os dias 6 e 8 de outubro de 2015 na sede municipal de Santa Isabel do Rio Negro.

As quatro associações que atuam na região das 3 Terras Indígenas reconhecidas são:

- AHKOIWI – Associação Indígena Água e Terra;
- ACIBRN – Associação das Comunidades Indígenas do Baixo Rio Negro;
- ACIR – Associação das Comunidades Indígenas e Ribeirinhas;
- ACIMRN – Associação das Comunidades Indígenas do Médio Rio Negro.

As roças são parte importante do patrimônio cultural do rio Negro, reconhecido pelo IPHAN em 2010.

© Beto Ricardo - 2013

Com diferentes experiências prévias de manejo, fiscalização, educação e alternativas econômicas para geração de renda, as lideranças definiram os temas prioritários e as iniciativas que pretendem discutir e aprofundar. São elas:

Saúde – qualidade da água, bom funcionamento dos polos e postos de saúde, reconhecimento e formação dos profissionais indígenas de saúde, medicina tradicional, lixo e combate ao alcoolismo e tabaco;

Infraestrutura das comunidades – reforma dos centros comunitários, casas de farinha "Amazônica", banheiros comunitários, construção e reformas de escolas, energia, casa de apoio indígena na cidade e transporte;

Geração de renda – agricultura indígena familiar, artesanato, plantação e beneficiamento de produtos para comercialização, extrativismo e manejo florestal, serviços ambientais e crédito de carbono, extração mineral indígena;

Turismo – ecoturismo, turismo de pesca esportiva;

Cultura – revitalização e fortalecimento das tradições e resgate da língua materna;

Manejo de recursos naturais – manejo da pesca e de quelônios, psicultura, manejo de fibras e palhas;

Educação – qualidade de ensino e aprendizagem, gestão indígena das escolas, estrutura das escolas, escolas indígenas diferenciadas, ensino superior;

Governança – fortalecimento das associações, como as comunidades vão decidir e

Fiscalização – postos de fiscalização.

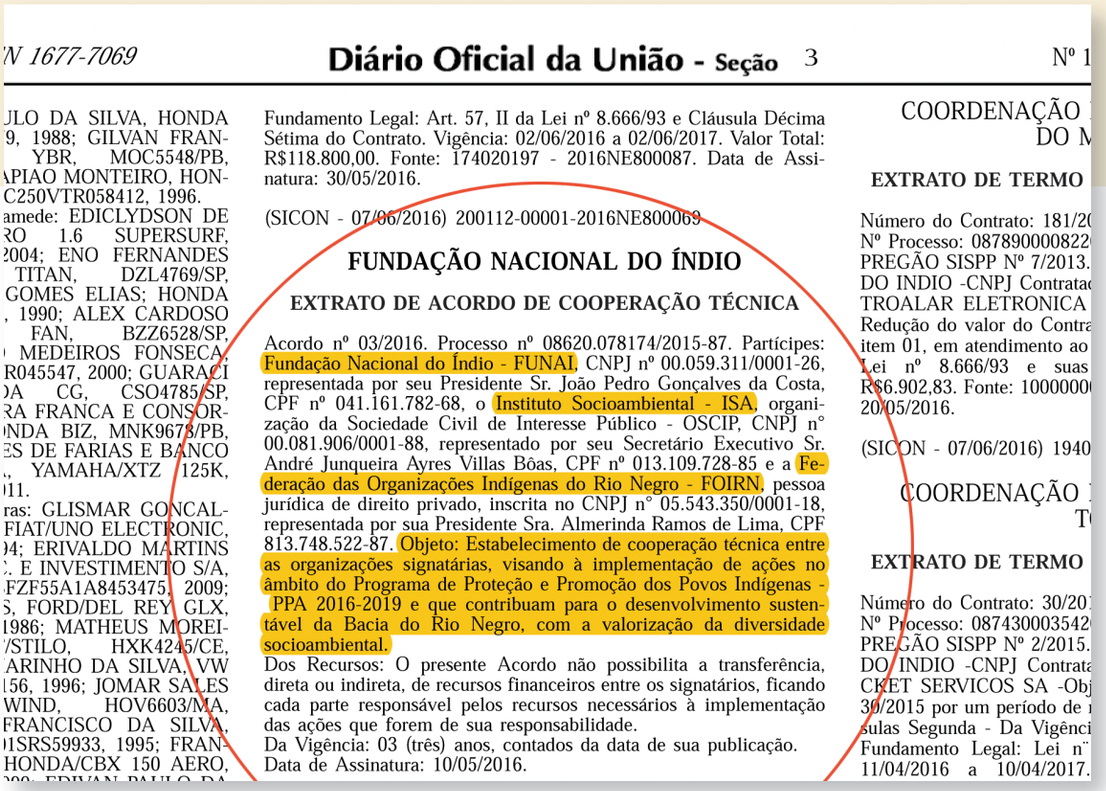
As lideranças definiram que irão se organizar para elaborar PGTAs mais específicos, por associação, olhando para questões próprias de cada comunidade e etnia. Foram escolhidas duas jovens lideranças por associação para coordenar os levantamentos e a produção dos textos.

Comunidades envolvidas, por associação:

- AHKOIWI – Yamado, Waruá, Tapajós, Duraka, Tancredo Neves, Mercês, Curicuriari, São Jorge, Inebu, Tumbira, Jupati;
- ACIBRN – São Pedro, Cajuri, Tapuruquaramirim, Boa Esperança, Nova Vida, Mafi, Arurá, Itapereira, Castanheirinho, Yrapajé, Bacabal, Vila Nova, Livramento II, Livramento I;
- ACIR – Aruti, Massarabi, Plano, São João II, Castanheiro, Wacará, Uabada II, Cartucho, Boa Vista, Abianai, Maricota, Areiall II;
- ACIMRN – Chile, Jutaí, Ilhinha, Piracema.

As comunidades de Yamado (Baniwa, Coripaco e Baré) e Waruá (Dow) iniciaram seu diálogo sobre gestão territorial com instituições de São Gabriel da Cachoeira e comunidades do entorno por conta de suas relações e interações mais próximas.

Os resultados dessas oficinas inaugurais foram processados em relatórios e mapas que juntamente com outros dados e resultados do levantamento nas comunidades, a ser realizado no segundo semestre de 2016, formarão uma base de informações bastante consistente que apoiará a elaboração dos PGTAs das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro.



N 1677-7069 **Diário Oficial da União - Seção 3** Nº 1

ULO DA SILVA, HONDA 9, 1988; GILVAN FRAN- YBR, MOC5548/PB, APIAO MONTEIRO, HON- C250VTR058412, 1996. amede: EDICLYDSON DE RO 1.6 SUPERSURF, 2004; ENO FERNANDES TITAN, DZL4769/SP, GOMES ELIAS; HONDA , 1990; ALEX CARDOSO FAN, BZZ6528/SP, MEDEIROS FONSECA; R045547, 2000; GUARACI DA CG, CSO4785/SP, RA FRANCA E CONSOR- NDA BIZ, MNK9673/PB, ES DE FARIAS E BANCO ., YAMAHA/XTZ 125K, 011. ras: GLISMAR GONCAL- FIAT/UNO ELECTRONIC, 04; ERIVALDO MARTINS . E INVESTIMENTO S/A, FZF55A1A8453475, 2009; S, FORD/DEL REY GLX, 1986; MATHEUS MOREI- /STILO, HXK4245/CE, ARINHO DA SILVA, VW 156, 1996; JOMAR SALES WIND, HOV6603/MA, FRANCISCO DA SILVA, 01SRS59933, 1995; FRAN- HONDA/CBX 150 AERO,

Fundamento Legal: Art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e Cláusula Décima Sétima do Contrato. Vigência: 02/06/2016 a 02/06/2017. Valor Total: R$118.800,00. Fonte: 174020197 - 2016NE800087. Data de Assinatura: 30/05/2016.

(SICON - 07/06/2016) 200112-00001-2016NE800069

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Acordo nº 03/2016. Processo nº 08620.078174/2015-87. Partícipes: Fundação Nacional do Índio - FUNAI, CNPJ nº 00.059.311/0001-26, representada por seu Presidente Sr. João Pedro Gonçalves da Costa, CPF nº 041.161.782-68, o Instituto Socioambiental - ISA, organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, CNPJ n° 00.081.906/0001-88, representado por seu Secretário Executivo Sr. André Junqueira Ayres Villas Bôas, CPF nº 013.109.728-85 e a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro - FOIRN, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n° 05.543.350/0001-18, representada por sua Presidente Sra. Almerinda Ramos de Lima, CPF 813.748.522-87. Objeto: Estabelecimento de cooperação técnica entre as organizações signatárias, visando à implementação de ações no âmbito do Programa de Proteção e Promoção dos Povos Indígenas - PPA 2016-2019 e que contribuam para o desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Negro, com a valorização da diversidade socioambiental.
Dos Recursos: O presente Acordo não possibilita a transferência, direta ou indireta, de recursos financeiros entre os signatários, ficando cada parte responsável pelos recursos necessários à implementação das ações que forem de sua responsabilidade.
Da Vigência: 03 (três) anos, contados da data de sua publicação.
Data de Assinatura: 10/05/2016.

COORDENAÇÃO
DO M

EXTRATO DE TERMO

Número do Contrato: 181/2(
Nº Processo: 087890000822
PREGÃO SISPP Nº 7/2013.
DO INDIO -CNPJ Contrata
TROALAR ELETRONICA
Redução do valor do Contra
item 01, em atendimento ao
Lei nº 8.666/93 e suas
R$6.902,83. Fonte: 1000000
20/05/2016.

(SICON - 07/06/2016) 1940

COORDENAÇÃO
T

EXTRATO DE TERMO

Número do Contrato: 30/20
Nº Processo: 087430003542
PREGÃO SISPP Nº 2/2015.
DO INDIO -CNPJ Contrata
CKET SERVICOS SA -Obj
30/2015 por um período de
sulas Segunda - Da Vigênci
Fundamento Legal: Lei n°
11/04/2016 a 10/04/2017.

Destaques de 2016, cooperação FOIRN, ISA e Funai

• Em 18 de março realizou-se na Maloca da FOIRN, a convite da própria FOIRN, do ISA e da Funai a oficina *Planos de Gestão Territorial e Ambiental no Rio Negro, planejamento e diálogos interinstitucionais.*

O objetivo foi socializar materiais e processos já existentes e propor um planejamento de atividades e colaborações para subsidiar a construção dos PGTAs das Terras Indígenas do Alto e Médio rio Negro. Foram convidados: ICMBio, DSEI, Prefeitura, IFAM, IDAAM, Exército, Diocese e UEA.

• Para formalizar e fortalecer a parceria entre FOIRN, ISA e Funai, as três instituições assinaram um Acordo de Parceria Técnica (ACT) que visa a implementação de ações que contribuam para o desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Negro, em especial as que tenham como objetivo:

a) a promoção da proteção e fiscalização do território indígena;

b) a promoção de formas de uso sustentável dos recursos naturais situados no interior da terra indígena, bem como de alternativas de geração de renda que respeitem os modos de vida tradicional e as formas de gestão comunitária e coletiva;

c) o fomento à realização, em parceria com as comunidades indígenas e suas organizações, de atividades para a elaboração de Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTAs), formação e fortalecimento político como suporte à implementação e desenvolvimento da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas – PNGATI;

d) a promoção e a proteção da cultura indígena;

e) a formação de jovens indígenas para a pesquisa intercultural, valorizando e fortalecendo contextos locais de produção e circulação de conhecimentos bem como a promoção da educação escolar indígena diferenciada;

f) apoio e valorização das questões envolvendo gênero e relações geracionais;

g) fomento a ações para a soberania alimentar dos povos indígenas guiada pela agrobiodiversidade dos sistemas agrícolas tradicionais;

h) promoção do turismo de base comunitária.

Próximos passos na elaboração dos PGTAs do Alto e Médio Rio Negro

No âmbito da Cooperação Técnica entre FOIRN, Funai e ISA, e para os próximos três anos, esperamos concluir os PGTAs das sete Terras Indígenas: Alto Rio Negro; Apapóris; Balaio; Cué-cué Marabitanas; Téa; Médio Rio I e II, bem como revisar e atualizar o Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável (PRDIS) do Rio Negro elaborado em 2003.

A descrição resumida das etapas previstas para os próximos três anos desse processo estão resumidas no diagrama abaixo.

Passo a Passo em 3 anos

Reuniões da Comissão de Gestão, Publicações da Série Governança e Bem Viver Indígena: Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas do Alto e Médio Rio Negro

Ano 1

1. Levantamento e organização de dados e iniciativas relacionadas à gestão ambiental e territorial.
2. Identificação e mobilização de uma **equipe de pesquisadores indígenas:** coordenadores e animadores responsáveis pelas etapas em suas respectivas regiões de origem.
3. **Levantamento** de dados populacionais e sobre economia, saúde e educação **nas comunidades.**
4. Organização e análises dos dados levantados e produção de documentos bases.
5. Encontro **I dos Grupos de Trabalho (GT)** para a elaboração dos documentos preliminares dos PGTAs. 3 GTs para as diferentes TIs: **I.** TIs do Médio Rio Negro; **II.** TIs Cué-cué Marabitanas e Balaio e **III.** TIs Alto Rio Negro e Apapóris. Todos discutem a atualização do Programa Regional de Desenvolvimento Indígena Sustentável (PRDIS).

Ano 2

6. **Consultas ampliadas em comunidades estratégicas** a partir dos documentos resultantes dos GTs.
7. Encontro II dos 3 Grupos de Trabalho (GT) para redação dos documentos PGTAs a partir das discussões das consultas.

Ano 3

8. **Produção de resumos e traduções dos PGTAs** nas línguas indígenas.
9. **Validação** dos PGTAs e resumos **nas Assembleias sub-regionais da FOIRN.**
10. Publicação e **ampla divulgação** dos PGTAs para as comunidades.

Fórum Consultivo: com reuniões e informes aos parceiros institucionais

Agenda e prioridades no processo de elaboração dos PGTAs para os próximos **12 meses:**

1. Reuniões de planejamento entre parceiros FOIRN/Coordenadoria, ISA, Funai e **constituição de um Conselho de Gestão Político** para a gestão da agenda de elaboração dos PGTAs. Algumas reuniões desse Conselho já foram realizadas e pactuaram, sobretudo, o planejamento aqui divulgado.

2. Identificação e mobilização dos **pesquisadores indígenas** por região. Responsáveis pelo Levantamento de dados nas comunidades, com acompanhamento da equipe ISA e consultores nesse primeiro ciclo. Esse grupo seguirá as próximas etapas (nos ciclos seguintes), contribuindo para organizar a pauta dos PGTAs nas discussões locais, bem como para realizar as consultas e validação nas comunidades estratégicas.

3. Treinamento da equipe indígena de pesquisadores, a ser realizado em agosto de 2016 em São Gabriel da Cachoeira.

4. Levantamento de dados nas comunidades. A partir de um formulário, pesquisadores indígenas, em coordenação com a equipe do ISA e consultores, farão entrevistas coletivas e domiciliares nas sub-regiões de atuação. No mapa das páginas 10 e 11 as sub-regiões do Levantamento estão representadas. As equipe de pesquisadores serão identificadas por estas sub-regiões.

5. Sistematização e avaliação prévia dos dados levantados nas comunidades e por meio das pesquisas bibliográficas e documentais.

6. Reunião I dos Grupos de Trabalhos (GTs) em São Gabriel da Cachoeira para a elaboração das versões preliminares dos PGTAs a serem apresentados nas oficinas de consulta. Participam desses GTs equipe ISA, FOIRN, Funai, consultores antropólogos especialistas e os coordenadores indígenas de pesquisa.

7. Produção de **resumo da primeira versão dos PGTAs** para ser divulgado nas consultas a serem realizadas no próximo ciclo (ano 2) em comunidades estratégicas.

A participação das comunidades é fundamental para a construção de PGTAs adequados aos modos de vida nas Terras Indígenas.

© Carol Da Riva - 2008

Governança do processo

A gestão política e executiva da agenda para elaboração dos PGTAs será realizada por meio de diferentes instâncias organizadas conforme funções e responsabilidades. Em resumo podemos considerar:

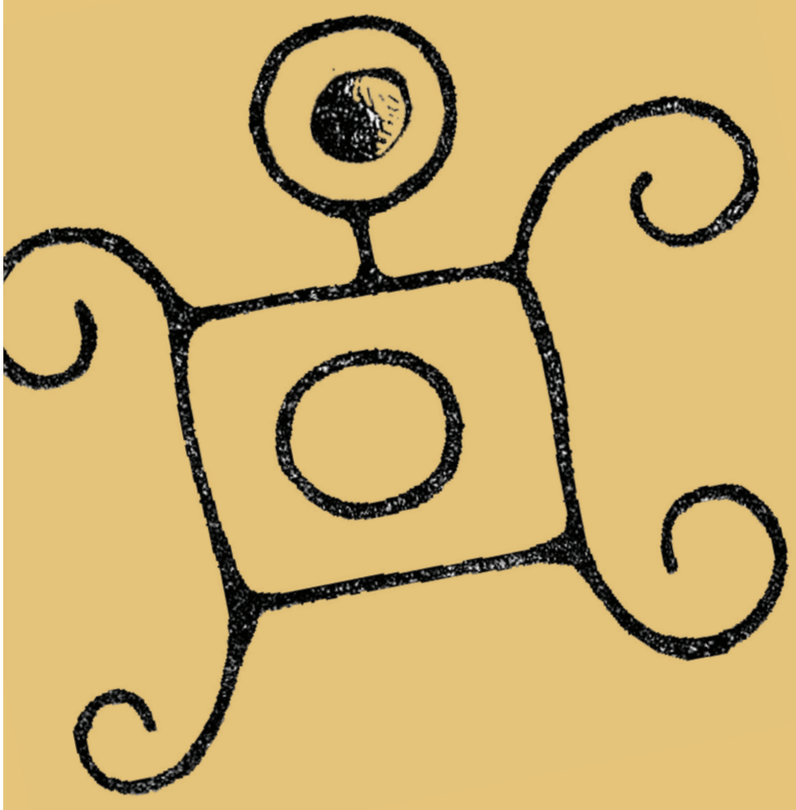
• **Comissão Política de Gestão:** Participam FOIRN, ISA, Funai e ICMBio por meio de reuniões frequentes para acompanhamento do processo.

• **Secretaria Executiva:** Participam FOIRN, ISA e Funai por meio do planejamento e envolvimento nas etapas do processo todo, responsáveis pela organização, registro e execução dos encontros, consultas e agendas do passo a passo.

• **Grupos de trabalho (GTs):** Participam: Membros da Comissão de Gestão e da Secretaria Executiva, Coordenadores indígenas de pesquisa e pesquisadores consultores. Responsáveis por elaborar os documentos de PGTAs das Terras Indígenas.

• **Rede de pesquisadores indígenas e consultores:** Participam equipe de coordenadores e animadores indígenas, equipe do ISA envolvida e consultores pesquisadores especialistas em povos e sub-regiões.

• **Fórum Consultivo e Série de Boletins:** Agenda de reuniões e instrumento de divulgação e diálogo para instituições e atores regionais acompanharem a elaboração dos PGTAs ao longo do processo.



Expediente

Organização: Carla Dias

Textos: Adeilson Lopes, Bruno Marques, Camila Barra, Carla Dias, Renato Martelli Soares, Pieter Van der Veld e Wilde Itaboray

Revisão: Aloisio Cabalzar e Camila Barra

Pesquisa e tratamento de imagens: Claudio Tavares

Mapa: Renata A. Alves/ Lab Geo/ISA

Design Gráfico: Roberto Strauss

Realização:

el FOIRN Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro

Instituto Socioambiental

FUNAI

Apoiadores:

Aliança pelo Clima

Gordon and Betty Moore Foundation

Horizont 3000 – Organização Austríaca de Cooperação ao Desenvolvimento

Regnskogfondet – Rainforest Foundation Norway